



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0001893-31.2012.4.02.5103 (2012.51.03.001893-6)
RELATOR : Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
APELANTE : WASHINGTON DE OLIVEIRA E SILVA
ADVOGADO : RJ154813 - DAYANNA DE ARAUJO BARRETO MEDEIROS
APELADO : CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO
DO RJ
ADVOGADO : RJ095664 - JOAO PAULO CARNEIRO SARAIVA E OUTROS
ORIGEM : 01ª Vara Federal de Petrópolis (00018933120124025103)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CIVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EXECUÇÃO EXTINTA POR NULIDADE DA CDA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. ANUIDADE COM BASE EM RESOLUÇÃO. PERDA DE OBJETO.

1. Sobrevindo sentença de extinção da execução fiscal originária, nos termos do art. 485, IV do CPC c/c art. 2º, §8º e art. 6º, §1º da Lei nº 6.830/80, constata-se a perda do objeto dos embargos opostos em face da execução em comento.

2. Apelo conhecido, para, de ofício, extinguir os embargos à execução, por perda de objeto, restando prejudicada a análise do mérito do recurso.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, em conhecer do recurso, para, de ofício, extinguir os embargos à execução, restando prejudicada a análise do mérito do recurso, na forma do voto do Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva, ficando vencida a Relatora.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2019

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0001893-31.2012.4.02.5103 (2012.51.03.001893-6)
RELATOR : Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
APELANTE : WASHINGTON DE OLIVEIRA E SILVA
ADVOGADO : RJ154813 - DAYANNA DE ARAUJO BARRETO MEDEIROS
APELADO : CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO
DO RJ
ADVOGADO : RJ095664 - JOAO PAULO CARNEIRO SARAIVA E OUTROS
ORIGEM : 01ª Vara Federal de Petrópolis (00018933120124025103)

RELATÓRIO

A Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA DA SILVA (Relatora): Trata-se de apelação interposta por WASGHINGTON DE OLIVEIRA E SILVA em face de sentença que julgou improcedentes os embargos à execução, que objetivam a extinção da execução fiscal, ante a alegada inexigibilidade da dívida que a lastreia, pelo não exercício da atividade profissional fiscalizada pelo Conselho Exequente - Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio de Janeiro – CORE/RJ. (fls. 79/83).

Como razões de decidir, o Il. Magistrado de 1º grau assentou que a alegação do embargante de que não atua como Representante Comercial não tem o condão de inibir a cobrança das contribuições, por entender que “*cabia ao embargante a obrigação de requerer ao órgão fiscalizador a suspensão de sua inscrição no Conselho*”, o que não fez (fls. 79/83).

Em razões recursais, a parte apelante sustenta, em resumo, que o entendimento dos Tribunais Superiores, anterior à edição da Lei 12.514/2011, era no sentido de que o fato gerador da contribuição paga aos Conselhos de Fiscalização Profissional consistia no efetivo exercício da atividade sujeita a registro e que, somente com a edição do referido diploma legal, ficou estabelecido que é o registro no Conselho de classe, nos termos do seu art. 5º. Aduz, ainda, ter demonstrado que não exerce qualquer atividade de Representante Comercial desde o ano de 2002, através da cópia de sua CTPS e demais documentos colacionados. Subsidiariamente, afirma a prescrição das parcelas anteriores ao quinquênio legal, nos termos do art. 174 do CTN (fls. 93/99).

Contrarrazões, às fls. 102/110.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela não intervenção no feito (fl. 116).

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0001893-31.2012.4.02.5103 (2012.51.03.001893-6)
RELATOR : Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
APELANTE : WASHINGTON DE OLIVEIRA E SILVA
ADVOGADO : RJ154813 - DAYANNA DE ARAUJO BARRETO MEDEIROS
APELADO : CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO
DO RJ
ADVOGADO : RJ095664 - JOAO PAULO CARNEIRO SARAIVA E OUTROS
ORIGEM : 01ª Vara Federal de Petrópolis (00018933120124025103)

V O T O

A Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA DA SILVA (Relatora): Conforme já relatado, cuida-se de apelação interposta em face de sentença que julgou improcedentes os embargos à execução, que objetivam a extinção da execução fiscal embargada, ante a alegada inexigibilidade da dívida que a lastreia, pelo não exercício da atividade profissional fiscalizada pelo Conselho Exequente - Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio de Janeiro – CORE/RJ.

Inicialmente, essa Relatora havia manifestado entendimento no sentido de dar provimento parcial ao recurso de WASHINGTON DE OLIVEIRA E SILVA para reformar a sentença e julgar parcialmente procedentes os presentes embargos à execução, determinando o prosseguimento da execução fiscal 0001319-42.2011.4.02.5103, tão somente, no tocante à anuidade relativa ao ano de 2008.

Entretanto, foi proferido voto divergente pelo Em. Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva, "*conhecendo do apelo interposto, para, de ofício, extinguir os embargos à execução, face à perda de objeto, restando prejudicada a análise do mérito do recurso*", fundamentando que "*considerando-se que a execução objeto dos embargos não mais subsiste, entendo que não há mais interesse no prosseguimento do presente feito*".

Diante de tal quadro, compulsando o sistema de andamento processual desta Corte, vê-se que a execução fiscal 00013194220114025103, distribuída por dependência aos presentes embargos, foi julgada extinta, sem resolução do mérito, em 03/07/2019, com base no artigo 485, IV, do CPC/156 c/c o artigo 2º, § 8º e artigo 6º, §1º, ambos da Lei 6.830/80, com certidão de trânsito em julgado, em 28/08/2019, isto é, anteriormente à apreciação do presente recurso de apelação.

Dessa forma, a extinção dos embargos à execução, sem resolução do mérito, por perda superveniente de objeto, é medida que se impõe, o que torna prejudicado o exame do recurso de apelação.

Posto isso, julgo extintos os presentes embargos, restando PREJUDICADO o recurso de apelação.

É como voto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Nº CNJ : 0001893-31.2012.4.02.5103 (2012.51.03.001893-6)
RELATOR : Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
APELANTE : WASHINGTON DE OLIVEIRA E SILVA
ADVOGADO : RJ154813 - DAYANNA DE ARAUJO BARRETO MEDEIROS
APELADO : CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO
DO RJ
ADVOGADO : RJ095664 - JOAO PAULO CARNEIRO SARAIVA E OUTROS
ORIGEM : 01ª Vara Federal de Petrópolis (00018933120124025103)

VOTO DIVERGENTE

Trata-se de apelação interposta por Washington de Oliveira e Silva contra a sentença proferida pelo MM. Juízo da 1ª Vara Federal de Petrópolis/RJ nos autos dos Embargos à Execução Fiscal n.º 0001893-31.2012.4.02.5103, que, entendendo que *“o embargante não logrou demonstrar de modo inequívoco ter requerido a suspensão da sua inscrição no Conselho de Classe”*, limitando-se *“a brandir o argumento de que não mais trabalhava como representante comercial e que por isso a contribuição anual não é devida”*, julgou improcedente o pedido.

Em seu voto, a Eminente Relatora, Desembargadora Federal Vera Lúcia Lima, considerando *“a existência de vínculo de emprego no período compreendido entre 1º/09/2006 e 02/01/2008 - abrangido pela exação - e, por conseguinte, o não exercício da profissão sujeita à fiscalização, circunstância que afasta o enquadramento do embargante como contribuinte da anuidade relativa ao ano de 2007”* e reconhecendo, quanto às parcelas remanescentes de 2004, 2005, 2006 e 2008, *“o transcurso do prazo prescricional quanto ao crédito compreendido entre os anos de 2004 a 2006, na forma do art. 174 do CTN”*, proveu em parte o apelo, para julgar parcialmente procedente o pedido, *“determinando o prosseguimento da execução fiscal 0001319-42.2011.4.02.5103, tão somente, no tocante à anuidade relativa ao ano de 2008”*.

É imperioso verificar, todavia, que, anteriormente à apreciação do presente apelo, **foi proferida, em 03.07.2019, sentença nos autos do execução originária (Processo n.º 0001319-42.2011.4.02.5103), ora embargada, julgando-a extinta, “nos termos do art. 485, IV do CPC c/c art. 2º, §8º e art. 6º, §1º da Lei nº 6.830/80”**, já tendo sido, inclusive, certificado o seu trânsito em julgado, com a expedição de alvará de levantamento em favor da parte executada dos valores depositados em Juízo, conforme aferido através de consulta ao Sistema EProc (Eventos 84, 91, 100 e 103 dos respectivos autos).

Portanto, considerando-se que a execução objeto de embargos não mais subsiste, entendo que não há mais interesse no prosseguimento do presente feito.

Assim, evidenciada a inutilidade de qualquer discussão acerca da sentença apelada, constata-se que o presente feito perdeu objeto, restando, então, prejudicado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Do exposto, **DIVIRJO DA RELATORA**, conhecendo do apelo interposto, para, **de ofício, EXTINGUIR OS EMBARGOS À EXECUÇÃO**, face à perda de objeto, restando **prejudicada** a análise do mérito do recurso.

É como voto.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal